

Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa
2006

Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC

Eduardo Granja Coutinho



Processos contra-hegemônicos na imprensa carioca, 1889/1930

2006

Processos contra-hegemônicos na imprensa carioca, 1889/1930

Eduardo Granja Coutinho¹

“O proletariado agita-se.”

Jornal do Brasil, 1.3.1917

As primeiras décadas do século XX são compreendidas por historiadores da imprensa (pense-se, particularmente, em Nelson Werneck Sodré), como um período de transição do jornalismo brasileiro, sobretudo carioca. Período em que os pequenos jornais - empreendimentos individuais de estrutura simples e produção artesanal - cedem lugar à grande imprensa, de feição industrial. Observa-se, no entanto, um contraste entre o jornal como empresa capitalista, que está se tornando, e sua posição como servidor de um poder oligárquico com características pré-capitalistas.² Como tantas outras instituições modernas no Brasil, a empresa jornalística inicia seu caminho sem ruptura com o passado. E esta será, em nossa história republicana, sua *marca de origem*.

O objetivo deste ensaio, contudo, é demonstrar que a despeito do caráter conservador do jornalismo brasileiro durante a República Velha, havia, no interior da imprensa burguesa carioca, uma *tendência* contra-hegemônica. Tendência que, em sua crítica às oligarquias, ao poder rural, ao voto de cabresto, à inexistência de cidadania no país, propugnava por um outro modelo de República, fazendo-se herdeira dos ideais de liberdade que efetivamente não se realizaram na República dos Coronéis. Apesar de sua heterogeneidade ideológica e da diversidade de formas, linguagens e gêneros pelos quais

¹ Professor adjunto da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autor dos livros *Velhas histórias, memórias futuras: o sentido da tradição na obra de Paulinho da Viola* (EdUERJ, 2002) e *Os Cronistas de Momo – Imprensa e Carnaval na Primeira República* (Editora UFRJ, 2006).

² Cf. Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*. 3ª.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p.276.

se manifestava (crônicas, reportagens, caricaturas, textos humorísticos, críticas literárias, notícias, artigos), tal tendência se unificava na expressão de um conteúdo crítico, e democratizante.

Pretende-se analisar o significado desse jornalismo marginal na história da cultura brasileira; delimitar sua extensão, sua força e sua influência intelectual e moral sobre o conjunto da sociedade. Trata-se de assunto pouco estudado. Apenas tangenciado pela historiografia da imprensa, o tema ganha alguma visibilidade nos ensaios dedicados à obra de jornalistas *deplacés* como Lima Barreto, Vagalume, Raul Pederneiras, Jota Carlos e Orestes Barbosa. Não se tem, no entanto, nesses ensaios, a perspectiva de conjunto de uma tendência jornalística alternativa. Até onde sabemos, a análise sistemática dos processos contra-hegemônicos na imprensa carioca nas primeiras décadas do período republicano ainda não foi realizada. O presente trabalho tem a pretensão de contribuir para esta análise.

1- “O fumaréu de incenso turibulando o ato do governo”

Um dos traços mais enfatizados do perfil histórico das relações entre cultura e política nos anos que se situam entre a Proclamação da República e a Revolução de 1930 tem sido a carência de uma produção intelectual, literária e artística identificada ao universo popular, carência associada a um rígido modelo de exclusão social. Nas primeiras décadas do século XX, o povo não apenas permaneceu ausente das decisões políticas, como foi marginalizado da produção intelectual do país. Raros - porém não desprezíveis - são os escritores, artistas, jornalistas que, colocando-se contra a corrente dominante, propuseram uma imagem alternativa da nação.

De um modo geral, os homens de letras veicularam em suas obras um conteúdo de idéias fundamentalmente elitista. Na raiz dessa produção - ora intimista, ora abertamente conservadora - está a própria separação entre os intelectuais e a realidade nacional-popular, uma separação posta e reposta por condicionamentos objetivos de nossa formação histórica e social, observa Carlos Nelson Coutinho.³

Vivemos, no Brasil, a experiência de uma modernidade contraditória. No campo das transformações econômicas e sociais, delineiam-se os traços de um processo

³ Cf. Carlos Nelson Coutinho, *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, pp.42-43.

conceituado como “modernização conservadora” (Florestan Fernandes, Luiz Werneck Vianna, Barrington Moore Jr., etc.). As transformações ocorridas em nossa história não resultaram de autênticas revoluções, de movimentos provenientes de baixo para cima, mas se processaram sempre através de uma conciliação entre os representantes dos grupos opositores economicamente dominantes.

Entre as várias conseqüências desse processo de “transformações pelo alto”, sem a participação do conjunto da população, Carlos Nelson Coutinho destaca uma de particular relevância no plano da cultura.

Dado que o instrumento e o local de conciliação de classes foi sempre o Estado, verificou-se um fortalecimento do que Gramsci chama de “sociedade política” (os aparelhos burocráticos e militares que exercem a *dominação* através do Executivo) em detrimento da “sociedade civil” (o conjunto de aparelhos ideológicos através dos quais uma classe, ou bloco de classes, luta pela *hegemonia* ou pela capacidade de *dirigir* o conjunto da sociedade)⁴.

A cultura brasileira tornou-se, assim, em grande parte, uma cultura *ornamental*, já que o Estado era tudo e praticamente não existia o *medium* próprio da vida cultural: a sociedade civil. A inexistência ou fragilidade dos “aparelhos privados de hegemonia” (imprensa, sindicatos, partidos, etc.), por meio dos quais os intelectuais pudessem articular-se organicamente com as massas, somada a outros fatores como a cooptação das camadas médias pelas elites e a repressão política direta, implicou o atrelamento dos intelectuais às classes dirigentes e o seu distanciamento em relação ao universo popular.

Esta debilidade da sociedade civil se revela com clareza no campo jornalístico. As relações que a grande imprensa estabelece com o Estado são marcadas pela subserviência, pelo clientelismo, pela chantagem e pela corrupção. Segundo o memorialista Luís Edmundo, no início do século XX, o jornalismo nada mais é do que “um tráfico de espertos”, onde os ideais que se defendem são, apenas, os de “uma grei que calculadamente o açambarcou e que o dirige à revelia das aspirações e dos interesses do país”. Uma grei constituída de negociantes portugueses iletrados, todos comendadores, semideuses na América.

A maioria dos jornais, a bem dizer, é deles, os nababos da terra. Nada percebem de jornalismo, porém conhecem muito bem a força que o mesmo representa para os seus interesses lúdicos ou escusos. Deles são as oficinas de impressão e ainda os imóveis onde as mesmas se instalam e

⁴ *Ibid.*, p.44.

funcionam, as cartas de fiança ou outras garantias para instalação e funcionamento das empresas, deles o crédito para a compra da tinta e do papel, finalmente deles o anúnciozinho, embora muito mal pago, porém, representando a vida e a prosperidade da gazeta⁵.

Em sua quase totalidade, continua Luís Edmundo, a imprensa da capital da República, “é um aparelho modelar de subserviência e ternura para homens da politicagem”.

Afora umas discussõezinhas tênues sobre tricas ingênuas de partido, umas inocentes ou pálidas discussões sobre matéria de administração, uns ataques cobardes e restritamente pessoais a pobres funcionários subalternos, sem proteção ou responsabilidade na vida administrativa do país, o que se vê, sempre, por esses provectoros órgãos que se apresentam como genuínos representantes da opinião nacional, é o fumaréu de incenso turibulando o ato do governo”⁶.

Em suas crônicas jornalísticas, o poeta Olavo Bilac sublinha a relação de dependência que se estabeleceu entre a imprensa e o poder público: “Imaginai o que seriam dos governos se todos os jornais lhes fechassem as colunas... e as gavetas dos seus balcões! E imaginai também, e principalmente, o que seria dos jornais!”⁷.

O mesmo tema é abordado por Lima Barreto em seu livro de estréia, *Recordações do escrivão Isaías Caminha* (1909), espécie de romance *à clé* em que representa de forma cáustica aspectos da vida da redação de um grande jornal (identificado como o *Correio da Manhã*). Exceção entre os intelectuais de sua época, o autor não deixará de criticar, ao longo de toda sua trajetória literária e jornalística, a venalidade da imprensa e o seu comprometimento com as oligarquias e o Estado brasileiro - a “rede de malhas estreitas” que unia plutocratas, autoridades policiais, e a grande imprensa contra os trabalhadores.

Em 1922, na revista *Careta*, Lima Barreto satirizou a Lei de Imprensa, de autoria de Adolfo Gordo, sugerindo alguns adendos capazes de aperfeiçoar a legislação “torquemadesca” que regulava o direito de escrever nos jornais:

- 1º) Todo artigo deve ser acompanhado com o retrato do autor;
- 2º) O autor do artigo deve declarar que sabe ler e escrever e tem os preparatórios de Português, Aritmética, Geografia e estudou para padre;
- (...)

⁵ Luís Edmundo, *Rio de Janeiro de meu tempo*, Brasília: Senado Federal, 2003, pp. 643-644.

⁶ *Ibid.*, p. 645.

⁷ Olavo Bilac, “A propósito de um congresso” [24.11.1907]. In: *Vossa insolência (Crônicas)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- 4º) Nos artigos nunca se deve aludir a prorrogações de contratos e outras traquibérnias parlamentares;
- 5º) O sujeito que não provar ter tido vultosas transações com companhias de estradas de ferro não pode escrever nos jornais, nem mesmo nos “a pedidos”.
- Creio que assim estará salva a moralidade da “imprensa” e a segurança do Estado⁸.

São significativas as aspas na palavra “imprensa”, como que a denunciarem que os jornais, atrelados ao Estado, não poderiam preencher a função sócio-cultural de criação e expressão de uma consciência crítica, nacional-popular.

Sobre a “oposição jornalística”, uma oposição condicionada por interesses financeiros – verbas publicitárias, subsídios, negócios -, o cronista escreveu, demonstrando que a virulência dos ataques pouco ou nada tinha a ver com convicções políticas. Na mesma perspectiva, Nelson Werneck Sodré assinala que a preocupação fundamental dos jornais na República Velha não era a política, mas o fato político. Nessa dimensão reduzida, as questões são pessoais, giram em torno de atos, pensamentos ou decisões de indivíduos, os indivíduos que protagonizam o fato político. “Não se trata de condenar a orientação, ou a decisão, ou os princípios – a política, em suma – desta ou daquela personalidade; trata-se de destruir a pessoa ou o indivíduo”⁹.

Voltada para interesses imediatos, pessoais ou empresarias, a grande empresa jornalística realiza aquilo que Muniz Sodré, baseando-se na distinção gramsciana entre grande e pequena política, designou como “pequeno jornalismo”, um jornalismo, diríamos, que não consegue –nem pode - fazer a passagem do momento meramente econômico, ou egoístico-passional, para o momento ético-político, transformando-se em meio de liberdade, em instrumento de luta pela hegemonia político-cultural, isto é, por uma outra co-relação de forças no interior da sociedade.

A estruturação da empresa jornalística em moldes industriais refletiu, portanto, aquele processo de “modernização conservadora” da sociedade, oscilando entre as aspirações do moderno e a fortíssima presença da tradição. Entretanto, trata-se de observar que, a despeito do conservadorismo dominante nas folhas da Primeira República, da

⁸ Lima Barreto, “Lei de imprensa”, [5.8.1922]. In: *Lima Barreto: prosa seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001, p. 870.

⁹ Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p.277.

fragilidade dos aparelhos de hegemonia, a imprensa foi capaz de expressar, *ainda que marginalmente*, os anseios populares frustrados pela “República que não foi”.

2- O projeto hegemônico da imprensa

Sob diversos aspectos – econômico, político, cultural - a República Velha pode ser compreendida como um período de transição. Período que se inicia logo após a abolição da escravatura, quando a relação das elites com as classes populares era fundamentalmente coercitiva, e termina com a revolução de 30, quando o Estado burguês, necessitando ampliar sua base de consenso, conduz um projeto de hegemonia, ainda que limitado. Nesta nova etapa do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil, a velha política de marginalização das classes trabalhadoras, sintetizada na frase tantas vezes citada, *a questão social é uma questão de polícia*, deveria ser substituída por um outro padrão de dominação social que implicasse a busca do consenso ativo do dominado¹⁰. De acordo com o líder do movimento que daria fim à “república dos coronéis”, o melhor meio para garantir os direitos sociais do proletariado era transformá-lo numa "força orgânica de cooperação com o Estado e não o deixar pelo abandono da lei, entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores, destituídos de sentimento de Pátria e Família"¹¹.

Podemos nos perguntar: o que aconteceu nesse ínterim, entre a coerção escravocrata e a hegemonização das massas pós-30?

Com a efetiva urbanização e industrialização da capital, verificou-se um relativo fortalecimento da sociedade civil e uma tímida, ainda que significativa, modificação nos padrões de relacionamento das elites com o povo. A velha estratégia de repressão física às manifestações políticas e culturais do “populacho” foi cedendo lugar a um projeto que tinha como objetivo integrá-las à visão de mundo oficial, reinterpretando suas práticas e signos e descartando toda a tendência rebelde, explosiva, incontrolável.

Do ponto de vista político-ideológico, esse momento de transição pode ser compreendido como um período de gestação do projeto hegemônico burguês. Nossa hipótese envolve a consideração de que, desde as primeiras décadas do século XX, antes mesmo das leis trabalhistas de Vargas, setores das elites representados na imprensa

¹⁰ Cf. Boris Fausto, *A revolução de 30*. 13.ed., São Paulo: Brasiliense, 1991.

¹¹ Edgard Carone, *A República Nova: 1930-1937*. São Paulo: Difel, 1982, p.143.

contemplavam e incorporavam anseios e reivindicações das massas, reconhecendo a classe trabalhadora como sujeito político e cultural.

É nesse contexto que surgem nas folhas cariocas seções que de alguma forma davam voz à classe trabalhadora. Seções como “Queixas do Povo”, “O Operariado”, “Subúrbios” (*Jornal do Brasil*), “Correio operário” (*Correio da Manhã*), “Operariado” (*A Rua*), “Queixas e reclamações” (*O País*), “A voz do povo” (*Gazeta de Notícias*), sem falar nas colunas carnavalescas, onde os negros, mulatos e brancos pobres encontravam um espaço de reconhecimento do seu carnaval, livre das perseguições policiais¹².

Havia nessa atitude da imprensa, além de uma intencionalidade política, uma clara motivação mercadológica. Influenciados por jornais norte-americanos que, desde as últimas décadas do século XIX, expandiam-se conciliando sensacionalismo e defesa de interesses das classes trabalhadoras – jornais como o *The World*, de Pulitzer - periódicos brasileiros como o *Jornal do Brasil*, empenharam-se na construção de uma imagem de jornal popular e politicamente independente. Vendendo tal imagem, os jornais estabeleciam uma espécie de “contrato de leitura” (Eliseo Verón) com “os pobres trabalhadores”, abordando temas de seus interesse e colocando-se ao seu lado, muitas vezes, contra o abuso e as arbitrariedades da polícia, do governo e dos patrões. (Lembre-se que, naquela época o orçamento da empresa jornalística dependia em grande parte da receita proveniente da venda avulsa do jornal, mais do que da publicidade.)

Autodenominado “o popularíssimo”, o *Jornal do Brasil* apresentava-se como defensor dos pequenos e dos oprimidos, sendo reconhecido inclusive por lideranças operárias como “a folha que gozava de melhor conceito”¹³. Esse espírito de paladino das causas da arraia miúda, foi expresso com felicidade por Bambino numa charge de 1900 em que “um tipo popular tenta registrar queixa junto ao delegado de polícia, que o manda queixar-se... ao *Jornal do Brasil*”¹⁴. Nos anos seguintes essa imagem de “órgão dos interesses do povo” só faria se consolidar.

¹² Cf. Eduardo Granja Coutinho, *Os cronistas de Momo: imprensa e carnaval na Primeira República*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

¹³ A Brasil Tupinambá, *O Brasil Operário*, 16 jun 1903. in: Eduardo Silva, *As queixas do povo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.51.

¹⁴ *Jornal do Brasil*, 20 mar. 1900. In: Antonio H. Lopes, “Do monarquismo ao ‘populismo’: o *Jornal do Brasil* na virada para o século XX”. <http://nuevomundo.revues.org/sommaire1230.html>.

Segundo Eduardo Silva, a coluna “Queixas do povo”, dedicada ao registro dos problemas do homem comum, foi, durante décadas um dos carros-chefes da folha. Publicando, gratuitamente, as reclamações do “zé povinho”, inclusive dos analfabetos, que podiam queixar-se pessoalmente na redação, o jornal se colocava na posição de mediador entre operários, patrões e Estado. Posição privilegiada, como veremos adiante, para enquadrar o proletariado nas regras de convívio da moderna sociedade burguesa. Por ora, observemos a inegável empatia do jornal com os trabalhadores:

“O Sr. Genuíno Veiga, operário gazista da Estrada de Ferro Central do Brasil, ignorando que os funcionários dessa ferrovia não podiam mais transitar pelas linhas, passava ontem próximo à plataforma dos trens de subúrbios, quando um soldado de polícia ali de serviço agarrou-o e levou-o aos socos para a agência respectiva.

Como em caminho o operário Veiga protestasse o soldado puxou o seu sabre e pretendia acutilá-lo, o operário segurou a arma, ferindo-se em um dos dedos da mão direita, vibrando-lhe ainda o soldado violento um forte soco no ouvido esquerdo.

Apresentado Veiga ao agente, este o suspendeu logo do serviço e disse-lhe que ele estava demitido.

Depois de medicado no Posto Central de Assistência, o Sr. Veiga veio trazer a presente queixa ao ‘Jornal do Brasil’, a qual registramos para o Sr. Diretor ler”¹⁵.

Desde o início do século, como ficou dito, percebe-se nos jornais cariocas uma preocupação em se buscar o consenso das classes subalternas. Isso fica particularmente nítido durante o ciclo de greves (1917-1920), quando o movimento operário ganha a primeira página dos jornais. Enquanto alguns setores das elites continuavam propugnando pela coerção aos movimentos sociais; outros, liberais, propunham claramente a hegemonização das camadas populares. Era preciso mudar para salvar o *staus quo*, sentia a *intelligentsia*, menos cega pelos interesses fechados de classe¹⁶.

Essa *intelligentsia* - que começava a se tornar orgânica, nos termos de Gramsci - conhecia a situação explosiva em que vivia a classe trabalhadora e sabia da necessidade de transformar suas condições de trabalho e vida. Por isso, contra os interesses imediatos do patronato, não hesitou em reconhecer as razões do movimento grevista, divulgando notas, convocações para assembléias e argumentando em favor de reivindicações específicas dos

¹⁵ “Queixas do povo - Violência desnecessária”, *Jornal do Brasil*, pág.8, 4. Mai. 1919.

¹⁶ Sobre o ciclo de greves e os reflexos da revolução russa no movimento operário brasileiro, cf. Moniz Bandeira, *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

trabalhadores– jornada de trabalho de oito horas, descanso dominical, salário mínimo, aumento salarial, etc. Assim, em 1918, entre notícias da revolução russa, da insurreição popular na Alemanha, das greves em São Paulo e no Rio de Janeiro, e da gripe espanhola, que vinha agravar a situação das camadas populares, o *Jornal do Brasil*, “órgão dos interesses do povo”, ponderava:

“a dolorosa realidade em que se encontra a maioria da população nacional (...) devia aconselhar a todos os nossos homens públicos e aos políticos de todos os matizes uma *conduta de moderação*, asseguradora da ordem de que carece o país para atravessar esta hora crítica sem faltar às suas obrigações e sem oferecer o deprimente espetáculo da anarquia”¹⁷.

Com essa disposição, o matutino era mesmo capaz de publicar manifestos de organizações de classe clamando pela greve geral, sem deixar, no entanto, de ressaltar que o movimento dos operários, “associando-se a greve geral, não obedece a fins políticos ou subversivos da ordem pública”¹⁸.

A simpatia do jornal pelos proletários tinha limites claros. Quando, mais do que assistencialismo ou novas leis trabalhistas, os operários reclamavam um outro sistema político e econômico, o “popularíssimo” saía em defesa da ordem, da pátria, da indústria nacional e da repressão aos “bandoleiros da política republicana”. Assim, ao mesmo tempo em que critica com veemência a “violência desnecessária” contra um trabalhador, o diário defende a ação enérgica e inflexível da polícia contra aqueles “elementos nocivos do proletariado”.

“... a polícia se mantém vigilante, sendo firme propósito do Sr. Dr. Aurelino Leal, de acordo com as deliberações tomadas pelo governo, não permitir a menor tentativa de perturbação da ordem pública, tentativa que só pode partir dos elementos nocivos que exploram o operariado, arrastando-o aos excessos que todos lamentamos e que não se devem de forma alguma reproduzir.

A ação da polícia vai agora se fazer sentir enérgica e inflexível contra esses elementos, perseguindo-os e castigando-os de forma a obstar de uma vez por todas a sua maléfica intromissão no seio da família operária, concorrendo tão somente para prejudicá-la e arrastá-la a ruína.”¹⁹

¹⁷ *Jornal do Brasil*, 10. mar.1917 in: Moniz Bandeira, op. cit., p. 72.

¹⁸ “Os metalúrgicos”, *Jornal do Brasil* (pág.5), 20 nov. 1918.

¹⁹ “Continuam em greve os tecelões e os metalúrgicos”, *Jornal do Brasil*, (p..5), 22 nov. 1918.

A crítica do jornal não se dirige, portanto, ao proletariado, mas aos anarquistas e maximalistas²⁰, sem os quais o nosso povo, que é dócil, não criaria problemas. O popularíssimo não se cansou de chamar “a atenção dos nossos humildes homens de trabalho contra os promotores de desordens, contra os agitadores impelidos por um ideal desumano e que sempre quiseram fazer dos trabalhadores instrumentos de seu bárbaro e abominável sectarismo.”²¹ Apelando para o nacionalismo, que se desenvolve amplamente nesse período, a imprensa reutiliza um velho e desgastado clichê das primeiras greves operárias no Brasil, o de que tais agitadores eram quase todos estrangeiros.

“A polícia, devido aos últimos movimentos que alarmaram a cidade, colheu nas suas malhas quase cem anarquistas, insistentes estimuladores dos desagradáveis movimentos por parte do nosso operariado.

Entre todos esses homens, a mantenedora da ordem pública apenas encontrou um brasileiro, o que basta para deixar fora de dúvida que o anarquismo não encontra terreno propício no espírito dos trabalhadores nacionais.

A minoria brasileira nas linhas anarquistas é de tal sorte eloqüente que bem se pode afirmar haver no espírito dos nossos trabalhadores completa aversão pela seita de desordem e destruição que a vários países tem custado os mais dolorosos dissabores.”²²

Segundo Moniz Bandeira, a conta da polícia e do *Jornal do Brasil* estava errada, visto que, entre os presos apontados como cabeças do movimento encontravam-se José Oiticica, Astrojildo Pereira, João da Costa Pimenta e Agripino Nazaré - todos brasileiros”²³.

Contemplando desejos de mudanças do proletariado e condenando o elemento revolucionário, havia, naquele momento de complexificação da estrutura social brasileira, um projeto de hegemonia sendo posto em prática no âmbito da imprensa liberal. Projeto que consistia, em última análise, na incorporação, despolitização e resignificação da fala proletária. Tratava-se de moldar as “queixas do povo”, aparar-lhes as arestas e imprimir-lhes um caráter reformista, trabalhista e liberal. A essa tarefa se prestou a imprensa

²⁰ No Brasil, como na Itália, os maximalistas – também identificados como bolcheviques, posto que simpatizantes da Revolução de Outubro - eram aqueles que apregoavam um programa revolucionário radical (*máximo*) em oposição aos reformistas.

²¹ “O governo e os operários”, *Jornal do Brasil*, (p.4), 23. Nov. 1918.

²² “Apenas um anarquista brasileiro”, *Jornal do Brasil*, (p. 5), 28 nov. 1918.

²³ Moniz Bandeira, op. cit., p.187.

periódica burguesa, abrindo, neste mesmo processo, espaço para discursos efetivamente contra-hegemônicos. É o que veremos a seguir.

3- Vozes dissonantes na imprensa burguesa

A construção da hegemonia burguesa ao longo da República Velha teve como contrapartida o desenvolvimento de processos contra-hegemônicos. Pois se as modernas relações de dominação, baseadas no consenso, envolviam, como forma de controle, a assimilação do popular ao nacional, isto é, o reconhecimento das camadas subalternas como sujeito político e cultural, isso abria brechas para a contestação popular à dominação a partir de dentro do próprio sistema simbólico dominante. A contra-hegemonia se coloca como possibilidade no momento em que a dominação de classe já não se dá apenas pela coerção, mas também pelo consenso.

Parafraseando Marx, pode-se dizer que toda hegemonia traz em si o germe da contra-hegemonia. Há, na verdade, uma unidade dialética entre ambas, uma se definindo pela outra. Isto porque a hegemonia não é algo estático, uma ideologia pronta e acabada. Uma hegemonia viva é um processo. Um processo de luta pela cultura. “Deve ser continuamente renovada, recriada, defendida e modificada e é, continuamente resistida, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são suas”, observa Williams²⁴.

Quando, sob a influência dos soviets, ganhava força no meio proletário brasileiro uma visão de mundo anti-capitalista, a cultura dominante precisou ser reorganizada, de maneira a incorporar e deformar as vozes descontentes, esvaziando-as de seu conteúdo revolucionário. Esse processo garantiu às pressões populares uma certa legitimidade e um espaço, ainda que restrito e marginal, para a sua manifestação mais radical.

É assim que encontramos na imprensa burguesa textos não apenas anti-oligárquicos, nacionalistas, reformistas ou jacobinos, mas também anarquistas, socialistas e maximalistas – enfim, revolucionários. A rigor, verifica-se na grande imprensa, desde os primórdios da República, lateralmente ou de viés, a presença de textos contra-hegemônicos de diferentes matizes. A despeito da repressão e da cooptação dos homens de letras pelos grupos arrivistas da sociedade e da política, uma categoria marginal de intelectuais continuaria lutando pela democratização e pelos ideais republicanos “autênticos” de

²⁴ Raymond Williams apud Marilena Chauí, *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1986, p.22.

Quintino Bocaiúva e Lopes trovão. Como observa Daniel Pécaut, “Enquanto alguns autores aceitaram adaptar sua pena ao gosto dos novos-ricos do Rio de Janeiro e às solicitações dos proprietários de jornais e editoras beneficiados pela expansão do público, outros reagiram, ‘passando a uma condição de categoria social isolada’”²⁵.

Atuando nos interstícios do discurso autoritário da imprensa burguesa, um grupo heterogêneo de intelectuais ligados ao universo popular fez de sua atividade intelectual um instrumento de ação pública e de mudança histórica. Seu projeto de nação, marcado por um nítido sentido democrático, refletiu um engajamento em favor dos oprimidos e marginalizados.

Assim, ao lado do enluvado e encasacado artigo de fundo, onde o diretor do jornal sustenta idéias motivadas por interesses privados; da colaboração literária intimista, ornamental e vazia; do noticiário, em que, como observa Olavo Bilac, impera o repórter, cuja principal obrigação é manter sempre acordada e excitada, com escândalo ou sem ele, a curiosidade do público; e do vasto domínio do anúncio, onde, segundo o poeta, “o Dinheiro é rei”²⁶, criam-se “cunhas”, no dizer de Muniz Sodré, por onde afloram narrativas identificadas a interesses minoritários.

Narrativas mais ou menos radicais, inspiradas no “liberalismo autêntico”, no anarquismo, num vago socialismo ou em alguma outra ideologia das que circulavam entre a classe trabalhadora. Umhas, assimiláveis pelo projeto hegemônico nascente; outras, absolutamente avessas à ordem burguesa, preconizando a luta direta, a atividade política fora da ordem estabelecida, como no manifesto anarquista intitulado “A Revanche”, publicado no *Jornal do Brasil* em março de 1918.

Caso tenham os seus salários diminuídos, a sabotagem é uma arma poderosa que põe nas mãos dos trabalhadores a certeza de sua vitória na luta estabelecida contra o capital. A sabotagem emprega-se da seguinte forma: lenta e metodicamente vai desmoronando o castelo de privilégios patronais; hoje, quebram-se dois pratos, amanhã cinco copos e depois despeja-se no fogão uma lata de banha ou uma certa porção de carne, queima-se carvão demasiado, enfim, tudo que seja para prejudicar o ‘coração’, isto é, o interesse do patrão recalcitrante.²⁷

²⁵ Daniel Pécaut, *Os intelectuais e a política no Brasil*, São Paulo: Ática, 1990, p. 23.

²⁶ Olavo Bilac, “A propósito de um congresso”, in: *Vossa insolência*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.172.

²⁷ “A Revanche”, *Jornal do Brasil*, 16 mar. 1918.

A colaboração de anarquistas e socialistas na imprensa comercial é perceptível, pelo menos, desde a virada do século XIX. Pense-se, por exemplo, na atividade de Pausilipo da Fonseca, redator político do *Correio da Manhã* e diretor do semanário anarquista *Novo Rumo* (1905). De alguma forma, e na medida do possível, esses jornalistas se valiam de seus espaços nas folhas comerciais para a divulgação de idéias libertárias. Em São Paulo, na mesma época, o poeta Ricardo Gonçalves escrevia no *Comércio de São Paulo* pequenas notas de conteúdo anarquista, em geral nas colunas de canto: era a seção do “Corvo”, que em tom jocoso trazia para o leitor da imprensa convencional opiniões e contrastes que lhe eram inteiramente inéditos.²⁸

A partir do final da I Guerra, o desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil e a ascensão do movimento operário aumenta a presença da fala popular – hegemônica ou não – nos jornais cariocas. Nesse momento, paralelamente à sua atividade na imprensa operária, alguns militantes como José Oiticica, Astrojildo Pereira, Roberto Feijó, Domingos Ribeiro filho, Leônidas Resende, Maurício de Lacerda, Fábio Luz, Evaristo de Moraes, Agripino Nazaré dispunham de espaços na imprensa burguesa. O professor Oiticica, por exemplo, principal líder da greve insurrecional de 1918, publicava artigos inflamados no *Jornal do Brasil*, e no *Correio da Manhã*. Havia também aqueles que, mais do que eventuais colaboradores, tinham coluna diária nos grandes jornais, como o português José Marques da Costa, que militava no jornal *A Pátria*, de João do Rio.

Houve, inclusive, importantes intelectuais ligados ao movimento operário que foram diretores de periódicos comerciais. Domingos Ribeiro Filho²⁹, por exemplo, um dos líderes da greve de 1918, foi redator-chefe da revista ilustrada *Careta* que, a despeito de sua superficialidade, martelava as mazelas do governo com as lúcidas e ferinas crônicas de Lima Barreto e as extraordinárias caricaturas de J. Carlos, cujo caráter contra-hegemônico é sublinhado pelo autor de *Isaías Caminha*:

“A troça é a maior arma de que nós podemos dispor e sempre que a pudermos empregar, é bom e útil.
Nada de violências nem barbaridades. Troça e simplesmente troça, para que tudo caia pelo ridículo.
O ridículo mata e mata sem sangue.

²⁸ Cf. A. Arnoni Prado (org.). *Libertários no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

²⁹ Já em 1903, Domingos Ribeiro Filho havia dirigido o semanário *A Avenida* (1903-1905). Espírito em fulguração permanente”, como a ele se referiu Astrojildo Pereira, o jornalista e escritor foi grande amigo de Lima Barreto e seu colega na diretoria da Secretaria da Guerra.

É o que aconselho a todos os revolucionários de todo o jaez. J.Carlos, com uma caricatura no *O Jornal*, fez mais do que todo e qualquer revolucionário. (...)”³⁰

Além de darem seu concurso na imprensa sindical e colaborarem de diferentes maneiras na grande imprensa burguesa – inclusive como gráficos, que em alguns momentos se recusaram a compor matérias caluniosas contra o proletariado³¹ -, os intelectuais anarquistas e maximalistas atuaram também em pequenos e médias publicações alternativas. Os citados Lima Barreto e Domingos Ribeiro Filho, juntamente com Noronha Santos e os escritores Fábio Luz e Curvelo de Mendonça³² fundaram, em 1907, a revista literária *Floreal*, “um tentame de escapar às injunções dos mandarinos literários”. Considerada por Werneck Sodré a única tentativa séria neste terreno, *Floreal* teve apenas quatro edições.

Em 1912, Maurício de Lacerda, um dos raros deputados de esquerda do período, e Leônidas Resende, um positivista simpático às idéias de Marx, fundaram o vespertino *A Nação*. Em sua primeira fase, o jornal nacionalista ecoava a voz dissonante de Lacerda no Congresso. Mais tarde, num segundo momento (1926/1927), dirigido pelo professor Leônidas, o jornal de orientação comunista teve importante papel na organização dos quadros sindicais, orientando, inclusive, a campanha do Bloco Operário e Camponês nas eleições de 1927.

O Debate - outro periódico de esquerda de vida curta - começou a circular em 1917, dirigido por Astrojildo Pereira e com a colaboração de Lima Barreto, Fábio Luz, Théó Filho, Maurício de Lacerda, Agripino Nazaré, Teodoro Magalhães, José Saturnino de Brito, Adolfo Porto e outros. Em seu primeiro número, declarava: “É necessário fazer reboar sobre o charco e em meio da calmaria podre o grito das consciências insatisfeitas”.³³ Dos jornais lidos pela pequena burguesia, talvez tenha sido este o que de forma mais orgânica expressou o ideário das camadas subalternas naquela quadra histórica. Alguns de seus colaboradores estiveram no grupo de intelectuais que, em 1921, fundaram a versão brasileira da revista política *Clarté*, criada na França, em 1919, pelo escritor Henri

³⁰ “Negócio de maximalismo”, *Careta*, 29 set. 1919.

³¹ Lembre-se que as principais lideranças do movimento anarquista brasileiro trabalharam como gráficos. É o caso de Edgard Leuenroth e João da Costa Pimenta.

³² Estes escritores anarquistas estão no grupo dos intelectuais que levaram a termo, em 1904, a criação da efêmera Universidade Popular de Ensino Livre, idealizada por Elísio de Carvalho.

³³ “O debate”, *O Debate*, 12 jul 1917.

Barbusse e difundida em vários países, com o objetivo de formar uma rede internacional de pensamento de esquerda.³⁴ A revista foi liquidada com o estado de sítio em 1922.

Entre os pequenos e efêmeros jornais alternativos, lidos por poucos, e a grande imprensa, onde, como diria Lima Barreto, para se chegar eram “necessárias mil curvaturas” e “atirar fora o que se tem de melhor na cachola”, transitavam os jornalistas de esquerda na contracorrente. O próprio Lima, além de colaborar na imprensa burguesa, militou intensamente em jornais e revistas revolucionários ou ligados a associações de classe - *A Lanterna*, *O Cosmopolita*, *O Parafuso*, *A Patuléia*, *A Luta* - e em pequenos periódicos liberais, como a *Revista Contemporânea*, a *ABC*, o jornal *Brás Cubas*, pelos quais tinha grande simpatia. A leitura desses periódicos “obscuros” diz um de seus personagens, é o meio encontrado para “travar conhecimento com a jovem inteligência de minha terra”.³⁵ Causava admiração, dizia ele, que “em tão detratado subúrbio, se agitassem tantas idéias diferentes e novas. (...) À vista dos nossos grandes jornais e revistas catitas, a *Pesquisa*, de Cascadura, é uma bela publicação intelectual”. É por uma dessas pequenas revistas – a *ABC* - que Lima publica, em maio de 1918, um artigo intitulado “No ajuste de contas...”, tido por muitos como um manifesto maximalista.

Tais periódicos liberais, embora dessem voz aos maximalistas e libertários, expressavam tendencialmente a visão de mundo dominante. É assim que, nessa mesma revista *ABC*, podia-se ler uma dura crítica aos bolcheviques em 1917, acusando-os de se unirem aos soldados alemães para “tripudiar sobre o cadáver da mãe pátria”.³⁶ Também o jornal *A Razão*, simpático ao socialismo e ao movimento operário, condenou a revolução russa e os bolcheviques - apontados “como agentes alemães” - por quererem “suprimir o direito de propriedade”. Comentando a matéria, Astrojildo Pereira aponta aquilo que pode ser considerado o limite da imprensa liberal e do projeto de hegemonia burguesa: “*Ecco!...* O que os capitalistas proprietários de *A Razão* não podem admitir é a supressão do sagrado direito de propriedade... Naturalmente!”.³⁷

³⁴ No Rio de Janeiro, o grupo *Clarté* reunia Nicanor do Nascimento, Evaristo de Moraes, Maurício de Lacerda, Luís Palmeira, Agripino Nazaré, Antônio Correia, Alcides Rosas, Pontes de Miranda, A. Cavalcante, Teresa Escobar, Vicente Perrota, Francisco Alexandre, Everardo Dias, Leônidas Resende, Luís frederico Carpenter e Joaquim Pimenta, do Rio e cerca de 30 lideranças sindicais.

³⁵ Lima Barreto, “Vida e morte de J.M. Gonzaga de Sá”, *Prosa seleta*, op.cit., p. 591.

³⁶ Apud Bandeira, op.cit., p.132.

³⁷ Astrojildo Pereira (Alex Pavel), “A Revolução Russa e a imprensa” in: Moniz Bandeira, op. cit., p.422.

A revolução era a única coisa que, definitivamente, não podia ser assimilada, devendo ser combatida pelos jornais liberais. O movimento de outubro de 1917 na Rússia foi condenado pela totalidade da imprensa burguesa, o que não impediu a publicação esparsa de textos em defesa dos bolcheviques. Vejam-se, por exemplo, as cartas que Astrojildo Pereira, sob o pseudônimo de Alex Pavel, dirigiu a diferentes jornais procurando desfazer o emaranhado de falsidades difundidas pelas agências de notícias internacionais (*Havas* e *United Press*) e ecoadas nos jornais do mundo inteiro. Apesar de seu conservadorismo, o *Jornal do Brasil*, publicou as cartas do jovem líder proletário. Pouco depois, em dezembro de 1918, tais cartas seriam reunidas num folheto intitulado *A Revolução Russa e a imprensa*.

“Jamais, jamais se viu na imprensa do Rio tão comovedora unanimidade de vistas e de palavras, como neste instante, a respeito da revolução russa. Infelizmente, tão comovedora quanto deplorável, essa unanimidade toda afinada pelas mesmíssimas cordas da ignorância, da mentira e da calúnia”. Saudada quando rebentou e deu por terra com o czarismo dominante, a revolução russa é hoje objeto das maldições da nossa imprensa, que nela só vê fantasmas de espionagem alemã, bicho perigoso de não sei quantos milhões de cabeças e de garras”³⁸.

Mesmo o *Correio da Manhã* - jornal que segundo Werneck Sodré “levantou sempre o protesto das camadas populares”³⁹, embora tenha sido tomado por Lima Barreto, em seu primeiro romance, como emblemático do que eram todos os grandes jornais: “órgãos de frações da burguesia rica, da indústria, do comércio, da política ou da administração”⁴⁰ -, mesmo o *Correio da Manhã*, que defendera João Cândido em 1910, na Revolta da Chibata, reproduzia os tais telegramas internacionais, acusando a Rússia de “instrumento da Alemanha” e Lenin, de traidor disfarçado em socialista, fomentador da desordem.⁴¹ Apesar disso, o *Correio* também era capaz de dar voz aos defensores da revolução bolchevique. Discursos radicais, nitidamente marxistas ou leninistas – e não apenas liberais radicais – tinham lugar nessa folha oposicionista. Veja-se, por exemplo, este artigo de um certo J. Ibiapina:

Vai se tornando costume inveterado entre nós o dizer mal do bolcheviquismo, das idéias que o inspiram, dos homens que o encarnam. Na imprensa diária, nos discursos dos políticos, nas plataformas dos

³⁸ Astrojildo Perereira (Alex Pavel). “A Revolução russa e a imprensa” in: Moniz Bandeira, *O ano vermelho*, op.cit., p.405.

³⁹ Nelson Werneck Sodré, op.cit., p.287.

⁴⁰ Lima Barreto, “Sobre o maximalismo” in: *O ano vermelho*, op. cit., p.473.

⁴¹ “A água suja russa”, *Correio da Manhã*, 5, set. 1917.

chefes de governo, passou a ser moda apontar o movimento político que se opera na Rússia como um extravasamento das paixões subalternas da escória social, uma onda de lama que ameaça submergir as mais belas conquistas da civilização.

(...) seria preferível adotássemos um critério de mais tolerância nos conceitos que emitíssemos sobre acontecimentos desenrolados longe de nós e que, em regra, chegam ao nosso conhecimento através de fontes suspeitíssimas, alimentadas pelos polvos do capitalismo e seus servidores, que tomaram a si a tarefa de empalhadores das instituições hodiernas, à sombra das quais se vão eternizando as injustiças e explorações feitas à grande massa do povo, até agora privada dos mais elementares direitos e das mais rudimentares exigências do conforto.

(...) Moral ou intelectualmente, serão os grandes capitalistas e seus servidores, que constituem a 'aristocracia artificial moderna fundada apenas na riqueza, sem talentos nem virtudes', porventura superiores a homens como Lênin, Trotsky, Lounatcharsky, e muitos outros, cujas vidas são uma série ininterrupta de sacrifícios em prol da regeneração humana?⁴²

Já não se trata de um discurso que tem como objetivo incorporar a fala proletária e esvaziá-la de sua radicalidade, de se buscar o consenso ativo do dominado. Por esta brecha aflorou uma visão de mundo dificilmente assimilável pela ideologia dominante. As contradições sociais estão expostas. Aqui, o povo não é representado nem como “classe perigosa”, nem como “pobres trabalhadores”, mas como *classe social*, economicamente explorada. Ibiapina - seja esse o seu nome verdadeiro ou um pseudônimo – não hesita em citar, sem artifícios, o próprio “fundador da filosofia da práxis”:

Porque não melhoram, com as facilidades da produção, as condições materiais do proletariado? A razão está nas seguintes palavras de Karl Marx:

‘Se por um lado, a manufatura se apresenta historicamente como uma fase necessária no desenvolvimento econômico da sociedade, por outro lado, é um refinado método de exploração’.⁴³

Embora conservadores, os jornais liberais eram tecidos de vozes diferentes e contraditórias. Veja-se, ainda como exemplo, o caso do vespertino *A Rua*, um diário de porte médio capaz de defender a extradição dos operários anarquistas estrangeiros, condenar os “piratas bolchevistas” e, ao mesmo tempo, de expressar a consciência de classe do proletariado. Quando, sob o influxo do nascimento da Terceira Internacional (1919), os operários cariocas se voltaram para um novo programa de lutas - o comunismo,

⁴² “O roto do esfarrapado”, *Correio da Manhã* (p.2), 12 nov.1923.

⁴³ *Ibid.*

A *Rua* abriu-lhes um espaço para a divulgação de seus novos métodos revolucionários.

Note-se, nesta entrevista, a simpatia do repórter pela causa do entrevistado:

“O proletariado nacional vai, parece certo, arregimentar-se e entrar em luta para a obtenção dos direitos que há muito reclama. Uma feição completamente nova desenha-se nos métodos de ação até agora adotados pelos trabalhadores do Brasil e a notícia que agora surge é promissora no campo da política nacional. (...).

Assim, foi que nos falou um líder operário:

- Vamos fazer o que já deveríamos ter feito há muitos anos. Somos nada mais do que eternos escravos das situações dominantes. A nós é negado todo e qualquer direito que a constituição assegura. Se nos organizamos, estamos fora da lei; se protestamos contra explorações do capitalismo, somos criminosos; se erguemos a voz contra leis absurdas que nos vem achincalhar, consideram-nos criminosos e quando, levados pela fome, reclamamos, a nossa miséria é um acinte para o poder. Mandam-nos para o estrangeiro ou para os sertões inóspitos do norte. É tempo de acabar com esse estado de coisas. (...)

- Mas nos parece que dada a orientação que se quer seguir agora, haverá dissidência entre o elemento extremista e o moderado... [diz o entrevistador, referindo-se ao anarquismo].

- Não, não há tal. Continuamos juntos: separamo-nos apenas por método de ação, para chegarmos juntos às mesmas finalidades. (...) Os extremistas continuarão dentro do seu programa e nós os ampararemos porque o que eles aspiram é o que nós aspiramos dentro da revolução.⁴⁴

A presença de textos como este na imprensa burguesa será dificilmente compreendida se não considerarmos o clima pré-revolucionário que se instalou após a I Guerra; “a ascensão burguesa em processo, trazendo a primeiro plano sua vanguarda, a pequena burguesia urbana, que assumia função política eminente”⁴⁵; o “contrato de leitura” estabelecido entre a empresa jornalística e seus leitores, que influíam e eram influenciados pelos periódicos; a insatisfação de alguns donos e diretores de jornais com os governos oligárquicos; a presença nas redações de uma intelectualidade de baixa extração social, um segundo escalão de jornalistas sem títulos, status e diplomas que, não pertencendo à elite intelectual e econômica da sociedade, encontravam-se, pela sua própria condição de classe, ligados à vida das camadas populares.

Mais ou menos radicais, tais intelectuais *deplacés*, para utilizar a expressão de Maria Alice Rezende de Carvalho, defendiam a criação de instituições democráticas, contra o poder das oligarquias e as chocantes desigualdades sociais. Nem todos eles eram

⁴⁴ “No mundo operário – Vão os trabalhadores do Brasil se organizar politicamente?” , *A Rua*, (pg.4) 16 out.1920.

⁴⁵ Nelson Werneck Sodré, op.cit., p.356.

anarquistas, maximalistas ou pretendiam revolucionar a sociedade. Muitos deles aspiravam apenas melhorar as condições de vida do homem comum. Eram repórteres, caricaturistas, humoristas, críticos literários, redatores, cronistas da vida social que pretendiam corrigir hábitos e costumes, em nome do interesse público e da cidadania.

Podemos nos indagar sobre o saldo dessa militância na imprensa carioca; sobre o resultado dessa luta, em situação tão adversa, contra potentes e amplificadas vozes do capital. daquelas falas contra-hegemônicas, algumas foram assimiladas, cooptadas pelo projeto hegemônico burguês; outras foram reprimidas, abafadas, marginalizadas. Basta pensar na trajetória de Lima Barreto, nas sucessivas prisões de Orestes Barbosa, nos jornalistas ameaçados, espancados. Periódicos alternativos foram empastelados e sufocados economicamente. Em 1923, a Lei da Imprensa – ou “lei infame” ou “lei contra a imprensa” - de autoria do senador Adolfo Gordo teve como objetivo sufocar as vozes dissonantes no jornalismo brasileiro, invocando o lema da “liberdade com responsabilidade”. Diz-se que seu alvo principal era a imprensa proletária, mantida pelos trabalhadores. Mas, certamente, ela atinge também as vozes críticas e alternativas da grande imprensa. Tanto que, quando a lei foi aprovada no Senado, o *Correio da Manhã* estampou a manchete “Lei infame, lei celerada”.

Mesmo reprimidas e marginalizadas, aquelas vozes minoritárias contribuíram, de alguma forma, para a decomposição da ordem estabelecida pela República dos Coronéis. No momento em que se vive o esboço daquilo que vai se tornar o Brasil moderno, essas vozes contra-hegemônicas de variados matizes, expressando os anseios populares de transformação social, influenciaram, certamente, as feições do Estado que depois da revolução de 1930 foi chamado de República Nova. E, de certo modo, elas permanecem vivas nos textos críticos e alternativos que até hoje afloram marginalmente nas folhas da imprensa burguesa.

Referências bibliográficas

- BANDEIRA, Moniz. *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- BARRETO, Lima. *Prosa seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001.
- BILAC, Olavo. *Vossa insolência (Crônicas)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- CARONE, Edgard. *A República Nova: 1930-1937*. São Paulo: Difel, 1982.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- COUTINHO, Eduardo Granja. *Os cronistas de Momo: imprensa e carnaval na Primeira República*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- EDMUNDO, Luís. *Rio de Janeiro de meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 30*. 13.ed., São Paulo: Brasiliense, 1991.
- LOPES, Antonio H. “Do monarquismo ao ‘populismo’: o Jornal do Brasil na virada para o século XX”. <http://nuevomundo.revues.org/sommaire1230.html>.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.
- PRADO, A. Arnoni (org.) *Libertários no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3^a.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

Fontes

Correio da Manhã
O Debate
Gazeta de Notícias
Jornal do Brasil
A Rua